

DESPACHO ADMINISTRATIVO

ASSUNTO: PEDIDO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 049/2020.

A Companhia Campolarguense de Energia – COCEL, vem por meio deste, apresentar a competente resposta ao pedido de Impugnação protocolado pela empresa **TRIVALE ADMINISTRAÇÃO LTDA.**, conforme documento datado de 03/09/2020. Deste modo, vejamos de forma resumida as razões da impugnação:

a) Do índice de endividamento menor ou igual a 0,70.

- Sustenta a empresa impugnante que a exigência prevista no item 11.1.4, VIII, ofende frontalmente princípios e diretrizes trazidas pela Lei de Licitações e Contratos, assim como entendimentos jurisprudenciais e doutrinários, além de restringir de forma injustificada a participação de inúmeros licitantes em potencial.
- Indica ainda que a Administração ao definir os índices indicadores de capacidade financeira, deverá observar aqueles usualmente adotados no mercado.
- Ao final requer a modificação do item 11.1.4, VIII, do presente edital, constando como requisito de qualificação econômico-financeira da empresa o índice de endividamento igual ou inferior a 1,0 (um) sob pena de grave restrição ao princípio da competitividade.

02. Importa destacar que com o advento da **Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016**, os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos da citada norma, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.

03. Diante do comando normativo previsto no artigo 40 da Lei nº 13.303/16, a COCEL aprovou seu Regulamento Interno de Licitações e Contratos pelo Conselho de Administração, na data de 28 de junho de 2018 e publicado no Diário Oficial de Campo Largo, na data de 29 de junho de 2018.

Art. 40. As empresas públicas e as sociedades de economia mista deverão publicar e manter atualizado regulamento interno de licitações e contratos, compatível com o disposto nesta Lei, especialmente quanto a:

- I - glossário de expressões técnicas;
- II - cadastro de fornecedores;
- III - minutas-padrão de editais e contratos;
- IV - procedimentos de licitação e contratação direta;
- V - tramitação de recursos;
- VI - formalização de contratos;
- VII - gestão e fiscalização de contratos;
- VIII - aplicação de penalidades;
- IX - recebimento do objeto do contrato.

04. Conforme restou definido pelo novo Regulamento Interno de Licitações e Contratos, considera-se como modalidade licitatória oficial desta concessionária a denominada “LICITAÇÃO”, conceituada no inciso XXXIII, do art. 13, responsável pela aquisição dos bens relacionados pela Divisão solicitante, considerando que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

XXXIII – Licitação: procedimento administrativo pelo qual a COCEL, pretendendo alienar, adquirir ou locar bens, realizar obras ou serviços, segundo condições por ela estipuladas previamente, convoca interessadas na apresentação de propostas, a fim de selecionar a que se revele mais vantajosa em função de parâmetros antecipadamente estabelecidos e constantes do edital;

05. No tocante ao item 11.1.4, VIII, vejamos o teor da regra:

VIII - A boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), devendo os referidos índices apresentar valores maiores que um inteiro (>1), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

VIII - O Balanço Patrimonial deverá vir acompanhado da demonstração dos resultados calculados conforme os índices abaixo:

Índice de Liquidez Corrente (ILC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILC =$$

$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Índice de Liquidez Geral (IGL) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

$$ILG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a longo prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}$$

Índice de Liquidez Corrente (LC) igual ou superior a 1,0 (um) apurado pelo quociente:

- *Liquidez Corrente (LC)*
$$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0,70 (zero vírgula setenta) apurado pelo quociente:

$$GE = \frac{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a longo prazo}}{\text{Ativo Total}}$$

a) O cálculo dos índices deverão ser apresentados pela proponente por meio de declaração assinada por responsável pela empresa e pelo contador.

✓ Os índices serão calculados com duas casas decimais, desprezando-se a fração remanescente.

✓ As fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculo juntado ao balanço.

06. Verifica-se dos autos que o índice de endividamento previsto, busca refletir que a empresa possua ativos para garantir as suas obrigações perante terceiros, sendo imprescindível sua boa situação financeira.

07. No caso concreto, o qual visa o fornecimento de vale alimentação, a insolvência da contratada poderá levar a prejuízo imediato da prestação do serviço.

08. Importa salientar ainda que não há que se falar em restrição de competitividade, sendo razoável exigir situação financeira equilibrada.

09. O Parágrafo único do citado art. 20 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro reflete o **Princípio da Proporcionalidade**, considerando que cabe a Administração Pública demonstrar que a medida deve ser adequada, necessária e proporcional.

10. Na mesma linha determina Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini, citando o Professor Marçal Justen Filho, que o Princípio da Proporcionalidade “está relacionado com a ‘ponderação de valores’ e com a ideia de que ‘a aplicação da regra jurídica deve ser norteadada pelo resultado que se busca atingir’. Portanto, equilíbrio e finalidade legal, na concreção da norma, são critérios essenciais para a correta compreensão e aplicação do princípio em tela, o que também alcança o princípio da razoabilidade, matriz imediata da proporcionalidade.”

11. Considerando o **Princípio da Realidade** vivenciada pela Administração e analisando o caso concreto, demonstra equilíbrio e proporcionalidade a decisão administrativa na fixação do Grau de Endividamento (GE) igual ou inferior a 0,70 (zero vírgula setenta), considerando temerosa a fixação no máximo de 1,00 (um), o qual indica grau de endividamento elevado. Assim, um índice menor representa melhor solidez financeira e menor comprometimento patrimonial.

12. Destaca-se ainda que busca a Administração Pública garantir maior segurança à execução do futuro contrato, evitando prejuízos aos beneficiários de uma verba que desfruta de caráter alimentar, previsto em Acordo Coletivo de Trabalho.

13. Verifica-se dos autos que a fixação do índice da forma objetiva não gera controvérsia, uma vez que não há margem para subjetividade no julgamento do atingimento ou não de determinado índice contábil, cuja fórmula se encontra de forma clara no edital, amparada pelo art. 58, inciso III, da Lei nº 13.303/2016.

14. No tocante a jurisprudência do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, importa salientar recente decisão proferida em 10/06/2020, no Processo nº 78384/20, o qual fixou a regularidade de índice de endividamento menor ou igual a 0,6. Vejamos:

ACÓRDÃO Nº 1104/20 - Tribunal Pleno Representação da lei nº 8666/93. Pregão. Prestação de serviços de administração e intermediação de cartões de alimentação. Fixação de índice de endividamento menor ou igual a 0,6, em conformidade com a jurisprudência desta Corte. Pela Improcedência da Representação.

15. Importa registrar o Voto proferido pelo Relator Conselheiro Artagão de Mattos Leão:

Compulsando os autos, entendo assistir razão à Coordenadoria de Gestão Municipal e ao Ministério Público junto ao Tribunal de Contas, pela improcedência da Representação.

A empresa SINDPLUS ADMINISTRADORA DE CARTÕES EIRELI insurgiu-se em face do Pregão nº 01/2020 da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE ARAPONGAS (que visa à contratação de serviço de administração e processamento de auxílio-alimentação), por entender que seria irregular a exigência editalícia de que o licitante possua índice de endividamento menor do que 0,6 como condição de habilitação econômico-financeira, pois a maioria das empresas do ramo não teriam como atendê-la e por isso, haveria restrição indevida à ampla competitividade.

Conforme bem colocado pela CGM, a exigência de índice de endividamento inferior a 0.6 como requisito de habilitação econômico-financeiro é legítimo para evitar que a licitante vencedora deixe de honrar com os compromissos assumidos junto à Administração Pública.

A finalidade precípua da exigência de comprovação do grau de endividamento é manter a execução continuada do serviço contratado, evidenciando, assim, o interesse público da Administração. Nesse sentido, o próprio art. 31 § 5º da Lei nº 8.666/93, prevê, expressamente, que a empresa licitante deve comprovar a sua solidez financeira, por meio de índices previstos no instrumento editalício.

Assim sendo, a exigência de apresentação de tal índice de endividamento é critério legítimo, previsto na legislação, comumente adotado nas licitações, inserindo-se na discricionariedade da Administração Pública poder fixá-lo na forma mais benéfica e

vantajosa à execução do contrato, atentando para suas especificações e regular execução, visando, sobretudo, a melhor segurança na contratação. (negrito nosso)


16. A Constituição Federal consagrou em diversos dispositivos a preocupação com a correta aplicação dos recursos públicos, indicando a obrigatoriedade da realização do processo de licitação pública, visando permitir a Administração Pública contratar com verdadeira isonomia e eficiência, sem prejudicar a natural competitividade do mercado, na busca pela melhor oferta.

17. Conforme já mencionamos, diante da interpretação, tradução e decodificação do campo de incidência da norma editalícia em debate, verifica-se do presente Edital a suficiente e precisa definição do objeto licitado, constituindo regra indispensável da competição, até mesmo como pressuposto do postulado de igualdade entre os licitantes.

18. Diante do exposto, da justificativa apresentada, motivação, pressupostos de fato e de direito, bem como considerando a necessidade empresarial, a ausência de qualquer prejuízo para o interesse público, conclui-se pela regularidade do item 11.1.4, VIII, do Edital de Licitação nº 049/2020, em respeito aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da boa fé, razoabilidade, proporcionalidade, segurança jurídica e realidade.

19. Encaminhem-se os autos ao Agente de Licitação responsável, visando intimar as partes envolvidas, bem como, que proceda a regular publicação do referido Despacho Administrativo perante o site da COCEL.

Campo Largo, 10 de setembro de 2020.



NELSON CHAGAS
Diretor Administrativo